

PROTOCOLO
APLICAÇÃO DA LEI N.º 12/2008, DE 26 DE FEVEREIRO

Entre:

Primeira Outorgante: **ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses**, com sede na Avenida Marnoco e Sousa, 52, em Coimbra, pessoa colectiva de direito privado número 501627413, devidamente representada pelo seu Secretário Geral, Eng. Artur José Pontvianne Homem da Trindade, doravante designada por **ANMP** ou Primeira Outorgante,

Segunda Outorgante: **EDP Distribuição – Energia, S.A.**, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 43, em Lisboa, com o capital social de € 1 024 500 000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e de pessoa colectiva número 504 394 029, neste acto representada pelo Eng. João José Saraiva Torres, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, doravante designada por **EDP Distribuição** ou Segunda Outorgante,

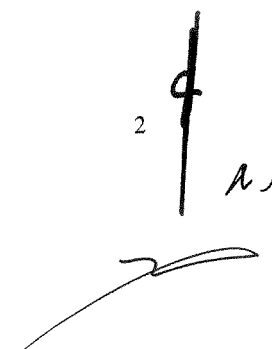
Terceira Outorgante: **EDP Serviço Universal, S.A.**, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 43, em Lisboa, com o capital social de € 10 100 000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 507 846 044, neste acto representada pelo Eng. José Alberto Marcos da Silva, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, doravante designada por **EDP Serviço Universal** ou Terceira Outorgante,

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelos Considerandos e pela Cláusula seguintes:

Considerando que:

- A) A Primeira Outorgante, **ANMP**, constitui uma entidade de direito privado que tem como fim, nos termos dos seus estatutos, a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local;

- B)** A Segunda Outorgante, **EDP Distribuição**, é a empresa que exerce a actividade de operador de rede de distribuição e detém a titularidade dos Contratos de Concessão de distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão (BT) celebrados com os municípios do Continente;
- C)** A Terceira Outorgante, **EDP Serviço Universal**, é a empresa comercializadora de último recurso, nos termos do artigo 46.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, e detém a titularidade dos contratos de fornecimento de energia eléctrica para iluminação pública celebrados com os municípios do Continente;
- D)** Foi publicada a Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, a qual altera a Lei n.º 23/2006, de 26 de Julho, republicada em anexo, que cria no ordenamento jurídico mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais;
- E)** O referido diploma abrange o serviço público de fornecimento de energia eléctrica, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º;
- F)** Segundo o artigo 9.º do diploma referido o utente tem direito a uma factura que especifique devidamente os valores que apresenta, a qual deve ter a periodicidade mensal;
- G)** Nos termos dos Contratos de Concessão referidos na alínea B) dos presentes Considerandos, constitui obrigação da operadora de rede pagar aos municípios concedentes uma renda que, nos termos da legislação em vigor, é paga trimestralmente;
- H)** No âmbito dos contratos de fornecimento mencionados na alínea C) destes Considerandos, tem sido consistentemente adoptada a periodicidade trimestral na facturação da iluminação pública;
- I)** A adopção da facturação trimestral da iluminação pública resulta do interesse dos municípios em associar o pagamento dessa facturação ao recebimento das rendas de concessão, pagas no âmbito dos aludidos Contratos de Concessão, o que aliás se encontra previsto no artigo 38.º da Portaria n.º 454/2001, de 5 de Maio;

Handwritten signature and initials, possibly 'AJ', in the bottom right corner of the page.

- J) Mantém-se o interesse, tanto dos municípios como da **EDP Distribuição** e da **EDP Serviço Universal**, em associar o pagamento da iluminação pública ao pagamento das rendas das concessões de distribuição de energia eléctrica em BT, de modo a possibilitar a compensação entre ambos.

As Partes Outorgantes acordam o seguinte:

CLÁUSULA ÚNICA

As Partes acordam que, atendendo aos interesses dos municípios representados pela Primeira Outorgante e da Segunda e Terceira Outorgantes, designadamente considerando a configuração dos sistemas informáticos de gestão de créditos e de processamento de facturação actualmente em funcionamento, os procedimentos que têm vindo a ser consistentemente implementados neste âmbito e a experiência entretanto obtida pelos interessados, será mantida a periodicidade trimestral de facturação do consumo de energia eléctrica para efeitos de iluminação pública.

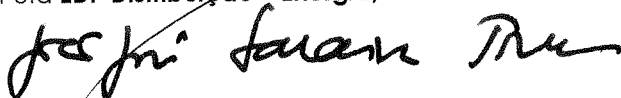
Lisboa, 8 de Abril de 2008

O presente Protocolo é celebrado em três exemplares, destinando-se um a cada Outorgante.

Pela **ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses**



Pela **EDP Distribuição - Energia, S.A.**



Pela **EDP Serviço Universal, S.A.**

